

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Figueira Castelo Rodrigo, realizada no dia vinte e nove de abril de dois mil e dezassete

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete pelas dez horas, no Auditório
da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal,
compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da assembleia
Municipal, convocada de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 27.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro,
conjugada com os n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo
Rodrigo
O Senhor Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos
trabalhos
Ao efetuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados:
José Maria do Alferes Matias;
Acácio Augusto Morais, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale
de Afonsinho e Vilar de Amargo;
Nuno Miguel Marques Guerra, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco
Vilas e Reigada;
Jacinto José Pradão Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão;
Maria Deolinda Monteiro da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos;
António Júlio Morgado Rebelo, Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa;
O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Senhores
Deputados Municipais, José Maria do Alferes Matias por motivos pessoais inadiáveis, bem como do
Senhor Jacinto José Padrão Branco, Presidente da Junta de Freguesia de Escalhão devido a questões
familiares
De seguida procedeu-se à abertura desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de
Castelo Rodrigo, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ordem de Trabalhos
1. Período de Intervenção Aberto ao Público
2. Período de Antes da Ordem do Dia
3. Período da Ordem do Dia:
<b>3.1.</b> Correspondência recebida e outras informações;
<b>3.1.1.</b> Apreciação das Atas das Sessões de 30 de setembro e de 25 de novembro de 2016, e de 17
de fevereiro e de 31 de março de 2017;

3.2.	Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade
municipal	e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do $\rm n.^{\circ}2$ do artigo $\rm 25.^{\circ}$ da Lei $\rm n.^{\circ}$
75/2013, de	e 12 de setembro;
3.3. <i>i</i>	Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 567/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017,
Isenção de	e taxas de publicidade móvel e sonora;
3.4. /	Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 568/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017,
Contrato d	de Colaboração e de Comparticipação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo
Rodrigo e	a União de Freguesias de Almofala e Escarigo - Requalificação da Casa Mortuária de
Escarigo;	
3.5. <i>i</i>	Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 572/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017,
Contrato d	de Colaboração e de Comparticipação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo
Rodrigo e	a Freguesia de Castelo Rodrigo – Calçada da Fonte Romana – Nave Redonda;
3.6. <i>/</i>	Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 574/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017
=	ão de contrato de subconcessão do uso privativo do domínio público ferroviário – Imóveis em
Barca de A	Alva;
3.7. A	preciação e Discussão da Proposta n.º 576/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017, Contrato de
Colaboraç	ção e de Comparticipação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e o
Freguesia (	de Mata de Lobos – Requalificação dos passeios da Estrada de Escalhão;
<b>3.8.</b> /	Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 601/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017
Aprovação	o da minuta de Acordo de Transação a celebrar entre o Município de Figueira de Castelo
Rodrigo e	a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.;
3.9. <i>A</i>	Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 602/2017 - PCM/MANDATO 2013 - 2017
	programa a celebrar entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a Adega Cooperativa
de Figueiro	a de Castelo Rodrigo, CRL;
3.10.	Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 606/2017 - PCM/MANDATO 2013 - 2017, Prestação
de Contas	do ano de 2016 – Individuais e consolidadas
1. Pe	ríodo de Intervenção Aberto ao Público:
Felic	ciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Não havendo público
	ssar para o próximo ponto na ordem de trabalhos."
2. Per	ríodo de Antes da Ordem do Dia:
Felic	ciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Foi apresentada umo
,	elo Senhor Deputado Luís Pereira, e eu dava-lhe a palavra para a apresentar, uma vez que já
foi distribuí	da a todos os presentes."
Luís	Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal: "Bom dia. Exma. Mesa, Senhor Presidente do
Câmara N	Aunicipal, colegas Deputados Municipais e digmo público presente. Antes de mais, queric
apresentai	r as minhas desculpas por não ter podido participar na Sessão Solene do 25 de Abril que
decorreu	aqui nesta vila, pois por razões profissionais não pude estar presente e comuniquei essa
situação a	atempadamente à Mesa, mas de qualquer forma não queria deixar de enaltecer a cerimónic
em si, o m	nomento e cada vez o 25 de Abril surge com mais acuidade na sociedade portuguesa, pois

existem fenómenos que tem vindo a acontecer quer em Portugal, quer na Europa, quer no Mundo que dão razão ao 25 de Abril, nomeadamente os populismos, as extremas, as derivas democráticas, e o próprio 25 de Abril é isso mesmo, ou seja, o recentrar das prioridades e focar as liberdades individuais e coletivas naquilo que é cada vez mais importante, e daí dizer que apoio as iniciativas que tem vindo a ser prosseguidas por esta Assembleia, e este ano com agrado o 25 de Abril foi comemorado novamente. Aproveitando e face às recentes notícias que tem vindo a ser públicas, e no decorrer desta semana com a ocupação do balcão da Caixa Geral de Depósitos por alguns populares e autarcas colegas nossos do concelho vizinho de Almeida, achei que teria algum interesse apresentar uma Moção a esta Assembleia para ser aprovada por todos obviamente, Contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos da Vila de Almeida, não só por ser Almeida mas porque é um sinal que está a ser dado ao Interior e que poderá ser alargado a outras realidades, uma vez que já tivemos ameaças de encerramento de Repartição de Finanças, do Tribunal, de Centro de Saúde e outros braços da Administração Pública desconcentrados que se encontram aqui presentes no território, e cada vez mais deparamo-nos com esta realidade que poderá vir a ser o futuro próximo infelizmente para o nosso Interior. O encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos de Almeida, não obstante existir um em Vilar Formoso é um passo ao qual deveremos todos apresentar o nosso protesto, e daí fiz chegar à Mesa esta Moção que passarei a ler: «------

## ------Mocão-----------Contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos da Vila de Almeida-----------Notícias recentes dão-nos conta que englobado no processo de restruturação da Caixa Geral de Depósitos (CGD), se encontram previstas medidas lesivas para o interesse público que contemplam, entre outras, o encerramento compulsivo de 61 balcões dessa instituição financeira pública.----------Não será despiciendo referir que a CGD assume uma relevância enorme no dia a dia dos portugueses, acompanhando, há décadas a esta parte as necessidades das populações e da economia numa escala local, acompanhamento às quais as instituições financeiras privadas não estão habilitadas a socorrer.------------Saber que um desses 61 balcões ser o da Vila de Almeida, sede de um dos nossos concelhos vizinhos, com uma realidade em tudo semelhante ao de Figueira de Castelo Rodrigo, não poderia deixar de despertar o nosso maior repúdio e protesto veemente,----------Ao Estado, incumbe o especial dever de permitir a todos, independentemente do local onde trabalhem ou residem, em Portugal, usufruir de padrões mínimos de dignidade nos quais se inserem obviamente o acesso aos serviços oferecidos pela CGD.----------A esta realidade soma-se a questão da Interioridade e todos os constrangimentos atinentes a esta factualidade, que a materializar tal desiderato obrigará a deslocações longas, de uma população em grande parte idosa, sem quaisquer meios para tal.----------Esta tomada de posição, unilateral, coloca em causa os objetivos prioritários traçados pelo Governo da República, nomeadamente aqueles que estão por base à criação da Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que reafirma o Interior como um aspeto central do desenvolvimento económico e da coesão territorial.-----

Como se poderá compatibilizar a nova abordagem de aproveitamento e valorização dos recurso
e das condições próprias do território e das regiões fronteiriças, enquanto fatores de desenvolvimento e
competitividade quando situações como a presente ocorrem!?
O Município de Figueira de Castelo Rodrigo está obrigado a lutar incondicionalmente, ao lado do
Município de Almeida e de todas as outras localidades onde esta realidade se venha a comprova
repetir, porque o Interior não pode morrer de maduro, somos e teremos de ser contra qualquer político
que vá contra e ao arrepio dos princípios da igualdade, dignidade e da coesão territorial
Temos dito
Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 28 de abril de 2017
O Membro da Assembleia Municipal,
Luís Ricardo Beato Pereira
Coloco à consideração dos colegas a aprovação desta Moção. Obrigado."
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senho
Deputado. Intervenções? Sobre estas matérias esta Assembleia já produziu muito texto, pois como diz o
Senhor Deputado Luís Pereira, e bem, porque nós estamos recordados de outras investidas do género
contra os territórios da Interioridade, e o que não deixa de ser curioso é que não percebemos o
racionalidade destas decisões, e continuamos a não perceber em nome de que princípio e se há algun
princípio nestas decisões que são tomadas, ou seja, que princípio de gestão é que está por trás numo
decisão destas, pois nós percebemos que quando as instituições bancárias são privadas que não
tenhamos muito a ver com isso, mas agora a Caixa Geral de Depósitos é uma instituição pública que nó
saibamos, e portanto tem que se gerir por regras de gestão eficiente mas é evidente que há outra
razões que tem que estar nas decisões de encerramento, acima de tudo não se vê racionalidade
porque se é para poupar gostaríamos de saber de números, pois o que é que custa a Caixa Geral de
Depósitos de Almeida à dimensão daquele universo, só que depois também assistimos aquela
imparidades todas de biliões, e nós às tantas perguntamos, e o Senhor Deputado Luís Pereira estava o
falar da Sessão Solene do 25 de Abril, pois nós no nosso discurso falámos disso, ou seja, desta
preocupações que devem estar presentes em todos nós, do problema que anda na Europa e no Mundo
de facto esta instabilidade e estas incertezas, e depois não percebemos em nome de que valores esta
imparidades acontecem, com estas imparidades ninguém se preocupa e é sempre o erário público que
vai ocorrer a estas imparidades, e às tantas interrogamo-nos, tal como eu me interrogei na minho
intervenção, que o Estado está sem poder para conseguir resolver estas situações, e temos que ter o
noção de que hoje os Estados não têm poder para resolver estas questões, porque parece que estão
sequestrados por algo que nós não percebemos e estas decisões têm um pouco a ver com isso, pois nó
não sabemos de facto quem é a entidade que está a gerir estes acontecimentos, porque se fossen
racionais isto não aconteceria. Portanto eu congratulo-me com esta iniciativa do Senhor Deputado Luí
Pereira, de facto, vem no momento certo e penso que todos nós comungamos desta insastifação, poi
povoar o território não pode ser com medidas destas, antes pelo contrário, isto vai ao arrepio de tudo o
que é povoar o território, e a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, quem ler as acções, que
lá estão previstas, vão contra esta decisão, e por isso estou convencido que esta decisão não irá avante

tenho essa fé, pois também estamos a chegar ao mês de maio, que é o mês da fé, tenho essa fé de que haverá um milagre para que este encerramento não aconteça. Mais Intervenções? Se não houver vamos colocar à votação, pois não é preciso incluir na ordem de trabalhos, uma vez que no Período de Antes da Ordem do Dia há lugar à apresentação de Moções e por isso vamos votar. Se for aprovada a Moção será enviada para o Senhor Presidente da República, para o Senhor Primeiro-Ministro, para o Senhor Ministro das Finanças, para a Administração da Caixa Geral de Depósitos e para claro o Município de Almeida com quem nós nos solidariarizamos. Colocada à votação a Moção foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Portanto esta Moção fica subscrita à Assembleia Municipal, reunida em vinte e nove de abril de dois mil e dezassete, deliberou por unanimidade aprovar esta Moção, a qual irá ser enviada para essas entidades que eu referi, com a seguinte redação final: «----

esta Moção, a qual irá ser enviada para essas entidades que eu referi, com a seguinte redação final: «
Moção
Contra o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos da Vila de Almeida
Notícias recentes dão-nos conta que englobado no processo de restruturação da Caixa Geral de
Depósitos (CGD), se encontram previstas medidas lesivas para o interesse público que contemplam,
entre outras, o encerramento compulsivo de 61 balcões dessa instituição financeira pública
Não será despiciendo referir que a CGD assume uma relevância enorme no dia a dia dos
portugueses, acompanhando, há décadas a esta parte as necessidades das populações e da
economia numa escala local, acompanhamento às quais as instituições financeiras privadas não estão
habilitadas a socorrer
Saber que um desses 61 balcões ser o da Vila de Almeida, sede de um dos nossos concelhos
vizinhos, com uma realidade em tudo semelhante ao de Figueira de Castelo Rodrigo, não poderia deixar
de despertar o nosso maior repúdio e protesto veemente
Ao Estado, incumbe o especial dever de permitir a todos, independentemente do local onde
trabalhem ou residem, em Portugal, usufruir de padrões mínimos de dignidade nos quais se inserem
obviamente o acesso aos serviços oferecidos pela CGD
A esta realidade soma-se a questão da Interioridade e todos os constrangimentos atinentes a esta
factualidade, que a materializar tal desiderato obrigará a deslocações longas, de uma população em
grande parte idosa, sem quaisquer meios para tal
Esta tomada de posição, unilateral, coloca em causa os objetivos prioritários traçados pelo
Governo da República, nomeadamente aqueles que estão por base à criação da Unidade de Missão
para a Valorização do Interior, que reafirma o Interior como um aspeto central do desenvolvimento
económico e da coesão territorial
Como se poderá compatibilizar a nova abordagem de aproveitamento e valorização dos recursos
e das condições próprias do território e das regiões fronteiriças, enquanto fatores de desenvolvimento e
competitividade quando situações como a presente ocorrem!?
O Município de Figueira de Castelo Rodrigo está obrigado a lutar incondicionalmente, ao lado do
Município de Almeida e de todas as outras localidades onde esta realidade se venha a comprovar
repetir, porque o Interior não pode morrer de maduro, somos e teremos de ser contra qualquer política
que vá contra e ao arrenio dos princípios da igualdade dianidade e da coesão territorial

Temos dito
Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 29 de abril de 2017
Antes da Ordem do Dia alguma intervenção mais? Faça favor Senhor Paulo Batista, Presidente do
Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de
Águia."

------ Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia: "Bom dia a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia saúdo todos os presentes e aproveito para desejar um bom sábado. Hoje o que me leva aqui a intervir tem a ver com a Junta da Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, porque sinceramente, e como estamos no fim de ciclo, ou seja, estamos a acabar o nosso mandato, acho que houve aí muitos ditos sobre a questão da nossa Freguesia, em que temos sido beneficiados e ajudados demais pelo Município, e eu por uma questão de transparência e de coerência gostava que o Senhor Presidente da Câmara na próxima sessão da assembleia municipal trouxesse aqui todas as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia, à exceção dos Acordos de Execução porque esses todos têm conhecimento, porque assim todos saberíamos onde é que o Município tinha investido e gasto o dinheiro, e eu sei que o Senhor Presidente da Câmara soube dividir as verbas pelas Juntas de Freguesia, e por uma questão de coerência e de transparência, peço que na próxima assembleia venham aqui essas verbas atribuídas às Juntas de Freguesia. A outra situação que queria expor também tem a ver com a Junta de Freguesia, pois não sei se sabem que nós na Freixeda do Torrão estamos a fazer a Casa da Freguesia, e agora perguntam, o que é a Casa da Freguesia? É aquilo que todos mais ou menos na minha opinião deveríamos fazer, dar mais facilidade aos nossos idosos para num espaço só ter vários serviços. E o que é a Casa da Freguesia da Freixeda do Torrão? Vai ser a futura Sede de Junta de Freguesia, a futura sede da Assembleia de Freguesia, o futuro Posto Médico, a futura Sala da Fisioterapia e também o Posto dos Correios, ou seja, num só espaço vamos ter várias vertentes. Quando iniciámos os trabalhos aqui há dois meses, tive o cuidado de comunicar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de que iriamos fazer essa obra, a qual é concluída hoje, e na altura disse-lhe que iríamos gastar cerca de 17.000,00 euros (dezassete mil euros), e como tinhamos feito na Penha de Águia gostaríamos que a Câmara Municipal nos ajudasse em 50%, e o Senhor Presidente muito bem concordou, e mandou-me enviar um ofício para a autarquia com tudo discriminado e eu fi-lo, com o valor de 17.500,00 euros (dezassete mil e quinhentos euros) e a pedir 8.500,00 euros (oito mil e quinhentos euros), em que 50% pagaria a Câmara Municipal e os outros 50% pagaria a Junta de Freguesia, e tinha ficado o compromisso de levar na reunião de câmara seguinte este assunto, mas o que é certo é que já houve uma reunião e o caso não foi levado, já houve a segunda reunião e o caso não foi levado e agora nós temos as obras concluídas e nem seguer temos isso aprovado pela câmara municipal. Senhor Presidente, eu penso que aqui não está a ser muito correto com a Freguesia da Freixeda do Torrão, porque acho que esta merece como todas as outras freguesias ser tratada da mesma forma, e sinceramente só lhe digo isto porque esperei uma reunião e esperei pela segunda reunião, e a Freixeda do Torrão também merece ser bem tratada porque também contribuiu para a grande vitória que teve aqui há três anos atrás. Era só isto que eu queria dizer."-----

Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senho
Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e
Penha de Águia. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida."
Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal: "Globalmente concordo com o que o
Senhor Presidente da Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão
Quintã de Pero Martins e Penha de Águia disse, mas ao contrário do que proferiu, eu acho que todos os
Protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia devem ser também contabilizados nesso
contabilidade que o Senhor Presidente da Junta pediu, isto porque há Juntas de Freguesia que jó
assinaram dois e três Protocolos e há outras como a da Vermiosa que não tem nenhum. Na última sessão
da assembleia municipal perguntei porque é que não tinha vindo o Protocolo da Vermiosa, mas
perguntei a título oficioso e disseram-me que era por ser uma sessão extraordinária, só que à de hoje
também não veio e a Vermiosa tem zero Protocolos assinados. De maneira que sou da opinião de que
todos os Protocolos devem ser contabilizados também no que foi dado às Freguesias."
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senho
Deputado. Mais intervenções neste período de Antes da Ordem do Dia? Faça favor de intervir, Senhor
Deputado José Santos."
José Barreira dos Santos, Deputado Municipal: "Muito bom dia a todos. À Mesa, ao Senho
Presidente da Câmara e colegas Deputados Municipais. Não sei se temos público presente, mas se
temos, muito bom dia também. Já houve aqui duas referências ao 25 de Abril e às Comemorações do 25
de Abril e foram duas referências positivas pois falou o Senhor Deputado Luís Pereira e o Senhor
Presidente da Assembleia. Falar do 25 de Abril positivamente nunca é nem nunca será demais, pois não
estaríamos aqui com certeza se o 25 de Abril não tivesse existido. Celebrá-lo sempre é um dever nosso e
dos vindouros. Houve celebração do 25 de Abril em Figueira de Castelo Rodrigo, felizmente. Gostaria de
ter estado presente, mas infelizmente não estive porque não tive qualquer conhecimento de que haveric
celebração do 25 de Abril em Figueira de Castelo Rodrigo. O tempo das comunicações tão fáceis, de
facto nada me chegou e por isso não estive presente, e é enfim um lamento que eu quero aqu
apresentar por isto. Muito obrigado."
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Está-me a dar umo
novidade de que não teve conhecimento das Comemorações do 25 de Abril, pois na última assembleic
de facto falámos de que haveria mas como não esteve presente não teve conhecimento. Enfim
registamos. Mais intervenções? Não havendo vamos prosseguir com a ordem de trabalhos."
3. Período da Ordem do Dia:
3.1. Correspondência recebida e outras informações
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Quanto à
correspondência não há nada digno de registo."
3.1.1. Apreciação das Atas das Sessões de 30 de setembro e de 25 de novembro de 2016, e de 17
de fevereiro e de 31 de março de 2017
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Aqui só vamos apreciar as
atas de 30 de setembro e de 25 de novembro de 2016 e a de 17 de fevereiro de 2017, uma vez que a ata

de 31 de março de 2017 não foi corrigida em tempo útil devido a um problema informático. Alguém quer
pronunciar-se sobre estas atas? Não havendo vamos colocá-las à votação, apesar de já terem sido
aprovadas todas elas em minuta e portanto vamos ratificar essa aprovação. Colocada à votação as
atas foram aprovadas por unanimidade dos votos dos membros presentes."
3.2. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade
municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Tem a palavra o Senhor
Presidente da Câmara."
Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal: "Muito bom dia a todos. Dou as
boas vindas aos Senhores Deputados Municipais, sejam bem-vindos. Relativamente então às atividades
do Município vou aqui elencar aquelas que considero que sejam mais importantes, isto para não estar o
detalhar todo este conjunto de iniciativas. Assim sendo, começaria por destacar: «
A reunião com a Direção Regional de Cultura do Centro por causa de um assunto particular,
nomeadamente da Torre de Almofala, porque efetivamente temos apoios financeiros para a
requalificação da Torre de Almofala, pois havia ali algumas particularidades no que respeita ao projeto,
e naturalmente que temos que ter aqui o aval da Direção Regional de Cultura do Centro para se poder
fazer a intervenção, e portanto houve esta reunião para precisamente esclarecer e ultrapassarmos
alguns pontos em particular, relacionados com o projeto de Requalificação da Torre de Almofala;
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
Ainda no âmbito do programa social tivemos a visita dos "Roteiros Séniores" ao Oceanário;
Também referenciar as Festas da "Rainha da Amendoeira em Flor - 2017", as quais na nosso
opinião decorreram muito bem, porque conseguimos fazer uma promoção e uma divulgação ampla
daquilo que é não só o nosso património mas também os nossos produtos regionais, pelo menos tivemos
indicação por parte de todos os produtores de que estavam satisfeitos com o desenlace e com a
promoção que foi feita dos seus produtos;
ainda no decurso deste ano no que respeita à substituição de iluminárias, pois como sabem existe um
projeto em curso para a substituição destas, e para nos informarem de que a partir de agora a maior
parte das iluminárias a instalar pela EDP serão iluminárias LED;
Houve uma reunião na Secretaria de Estado da Educação, aqui também uma reunião muito
importante com a Secretária de Estado Adjunta da Educação, por causa da questão relacionada com o
novo Centro Escolar de Figueira de Castelo Rodrigo, e também relacionada com o Centro de Ciêncio
Aberta, portanto o Observatório de Astronomia em Barca de Alva para que efetivamente aqui
conseguíssemos esclarecer alguns aspetos, e também solicitar a colaboração da Secretaria de Estado
da Educação nestes dois projetos;

Reunião também da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
Participação do Município na SISAB - Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas, pois eu
acho que este evento passa a ser marcante para os nossos produtores, e este ano reforçado com c
participação de um ainda maior número de produtores, o que tem trazido na nossa opinião grande:
vantagens porque alguns deles, não direi todos, mas alguns deles tem conseguido realmente exportar e
aumentar as suas exportações, e não estou só a falar aqui da Adega Cooperativa de Castelo Rodrigo
mas também de empresas privadas que tem conseguido aqui neste certame alguns contactos
interessantes e importantes, e que naturalmente são digamos a porta de entrada para o mercado do
exportação e é nesse mercado que a gente deve apostar, e portanto penso que o Município e o
participação do Município na SISAB - Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas é para manter e
deverá ser reforçada a nossa participação, porque de facto o retorno que advêm desta participação é
fundamental;
Também a participação na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, em que gostaria de reforçar aqui que
a participação do Município tem sido uma participação massiva mas também condigna, pois nós temos
participado e o feed-back que nos chega é que de facto Figueira de Castelo Rodrigo tem conseguido
projetar o concelho, tem projetado o seu património, a sua cultura e essencialmente também a suc
gastronomia, e isso também é crucial nos dias que correm;
Também referenciar aqui a reunião com a Assembleia-Geral da "Associação Portuguesa do:
Municípios com Centro Histórico";
a aprovação de contas e não só;
concretamente o "Portal do Investimento", o "Seguro de Saúde Dentário" e os "Encontros com o
História", que tem tido de facto um eco muito importante não só nos meios da comunicação social mas
também na parte turística, isto porque temos tido vários contactos relacionados com este projeto dos
"Encontros com a História";
Tive também uma reunião com a Senhora Embaixadora de Israel, no sentido de tentarmos aqu
estabelecer uma parceria para captar visitas por parte de judeus, isto no âmbito daquele projeto que
está a ser desenvolvido, que é o futuro Centro de Interpretação Judaica em Figueira de Castelo Rodrigo
Também aqui na nossa opinião é um projeto interessantíssimo para projetar o nosso território, captando
aqui um nicho de mercado que é muito interessante, pois aliás veja-se o caso de Belmonte que tem sido
um sucesso e que tem conseguido captar muitos visitantes, tanto que me dizia o Senhor Presidente do
Câmara de Belmonte aqui há dias, que eles conseguiram ter mais de quarenta mil visitantes o and
passado o que é fabuloso, e naturalmente que Figueira de Castelo Rodrigo poderá beneficiar com estas
parcerias, com este público e com este nicho de mercado em particular;
Referenciar também aqui a Semana Cultural do Livro e da Leitura, cuja abertura foi na semano
passada, e na nossa perspetiva este ano ainda com maior visibilidade e mais reforçada, até porque
temos uma exposição de grande valor cultural com o sentido de projetar aquele que foi um dos grandes
embaixadores do nosso concelho, e estamos a falar do Senhor, losé da Guerra maio, o qual viveu em

Total	763.386,07 €
Depósitos	762.872,65 €
Dinheiro	1019,42 €
Disponibilidades	
apresentados e consta do quadro infra analisa-se:	
equilíbrio financeiro das contas, pois em termos de disponibilidades fir	nanceiras, conforme os valores
Relativamente à Situação Financeira do Município dizer-lhes, que d	conseguimos também manter c
	25 de Abril.»
a nossa terra e o nosso território";	
Paris durante muitos anos e recebeu várias condecorações, e sempre qu	e tinha oportunidade projetavo

-----No que respeita ao endividamento de médio e de longo-prazo vai-se mantendo e o Município vai cumprindo com as respetivas amortizações de uma forma regular e constante, conforme podem ver no quadro apresentado.-----

## Dívidas de médio e longo prazo (empréstimos).

	Capital em dívida	Encargos pagos	até 19 Abril de 2017	
		Juros	Amortização	
Empréstimos de longo prazo	2.342.479,65 €	5.488,34 €	55.141,06 €	

Refira-se que os valores apresentados relativamente aos empréstimos dizem respeito ao valor em divida na data mencionada. Da mesma forma, os valores pagos relativos a juros e amortização respeitam ao ano corrente.

------Quanto às dívidas de curto prazo temos:------

## Dívidas de curto prazo (empreiteiros e fornecedores)

Fornecedores em geral	147.197,28 €
Águas do Zêzere e Côa, S.A.*	89.974,64 €
Empreiteiros	147.092,27 €
TOTAL	384.264,19 €

<sup>\*</sup>Restante, no valor de 740.796,71 € em plano de pagamentos para anos seguintes

<sup>\*</sup>Dados retirados no balancete de tesouraria do dia 19/04/2017

Cabe ainda referir a existência de uma dívida à Águas do Zêzere e Coa, SA/Águas de Lisboa e
Vale do Tejo, SA, no montante de 1.002.861,76 €, registada em provisões
Em termos de execução orçamental, continuamos a fazer uma gestão rigorosa, pois estão aí
registadas as execuções, tanto que em termos de receitas correntes temos cerca de 25,53% e de
receitas de capital mais baixa mas vão certamente subir, em 6,60%, e portanto no total das receitas
temos neste momento uma taxa de execução de 20,36%. Em termos de despesas correntes temos uma
execução de 21,78%, de despesa de capital 6,08%, o perfaz um total de execução em termos de
despesa de 16,50%. Por último referenciar aqui que no que respeita aos Fundos Disponíveis, isto
19/04/2017, tinhamos 7.360,78 euros (sete mil trezentos e sessenta euros e setenta e oito cêntimos)."
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Muito obrigado, Senhor
Presidente. Se alguém quiser apreciar esta informação e tecer considerações, faça o favor de se
pronunciar? Não havendo vamos passar para o próximo ponto na ordem de trabalhos."
3.3. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 567/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017
Isenção de taxas de publicidade móvel e sonora
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Eu penso que seja para
ratificar, uma vez que isto foi autorizado, pois aconteceu em trinta e um de março, um e dois de abril de
2017, mas como se trata de uma isenção de taxas tem que vir à Assembleia Municipal. Se alguém quiser
pronunciar-se faça o favor de o fazer? Não havendo intervenções vou colocar à votação. Colocada à
votação a ratificação de deliberação de isenção de taxas de publicidade móvel e sonora foi aprovada
por unanimidade dos votos dos membros presentes."
3.4. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 568/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017,
Contrato de Colaboração e de Comparticipação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo
Rodrigo e a União de Freguesias de Almofala e Escarigo — Requalificação da Casa Mortuária de Escarigo.
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Senhor Presidente quer
dizer alguma coisa sobre este contrato?"
Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal: "Apenas dizer que foi solicitado
pela União de Freguesias de Almofala e Escarigo uma comparticipação financeira para concretizarem o
requalificação da Casa Mortuária de Escarigo. Dizer que efetivamente esta obra é permente, pois as
condições são degradantes e cada vez mais há medida que o tempo vai passando se está a degradar
aquele edifício, o qual não é minimamente, e portanto entendemos que era necessário ajudar e apoiar
a União de Freguesias de Almofala e Escarigo para que possa requalificar este espaço, e então foi
disponibilizado um valor de 12.000,00 euros (doze mil euros) de apoio financeiro. Naturalmente que
entendemos que esta obra é cruciual, até para dignificar as condições naquele espaço que não tem o
mínimo de dignidade."
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senhor
Presidente. Não havendo mais intervenções vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a
proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."

3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 572/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017,
Contrato de Colaboração e de Comparticipação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo
Rodrigo e a Freguesia de Castelo Rodrigo – Calçada da Fonte Romana – Nave Redonda
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Senhor Presidente quer
dar algum esclarecimento ou está tudo esclarecido?"
Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal: "Apenas dizer que a Fonte
Romana é um monumento importantíssimo e que merece ser requalificado, uma vez que se encontrava
bastante danificado e ao abandono. Esta requalificação na nossa opinião é fundamental, para dar
também aqui dignidade a um monumento que faz parte do nosso património e que obviamente têm
que se requalificar. Eu penso que esta obra é importante até para dar ali alguma visibilidade a uma
Fonte Romana que é antiquíssima, e que naturalmente também merece ser destacada e promovida
evidentemente."
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senhor
Presidente. Há alguma intervenção? Não havendo intervenções vamos votar a proposta. Colocada à
votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."
3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 574/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017,
Celebração de contrato de subconcessão do uso privativo do domínio público ferroviário – Imóveis em
Barca de Alva
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Senhor Presidente quer
dar uma informação?"
Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal: "Posso dar aqui um
esclarecimento. Como sabem foi estabelecido com o IP Património e Gestão Imobiliária, S.A. um
contrato de subconcessão por causa de todos aqueles imóveis da antiga estação dos caminhos de ferro
em Barca de Alva. São monumentos importantes mas que estão extremamente degradados, e o
objetivo do Município ficar com aquela subconcessão, era para que pudesse depois fazer nova
subconcessão a privados eventualmente interessados, para que se fizesse a requalificação de todo
aquele património que ali temos em Barca de Alva e que é uma pena estar ao abandono, esquecido e
tão degradado. Portanto, o Município de Figueira de Castelo Rodrigo vai agora avançar com um
procedimento de concurso público, para tentar efetivamente atribuír ou subconcessionar melhor
dizendo, aquele património a entidades privadas que queiram explorar aquele património e dar-lhe
alguma requalificação, e naturalmente dessa forma dar-lhe também dignidade aquele património.
Sabemos que é um património com um valor inestimável e que carece rapidamente de intervenção sob
pena de colapsar, e também para conseguirmos catapultar não só Barca de Alva mas igualmente
explorar o seu potencial turístico, pois o fluxo em Barca de Alva é elevadíssimo e temos que saber tirar
partido disso, só que da forma em que está todo aquele património é impossível proporcionar as
necessárias condições aos nossos turistas, para que depois possam visitar e até usufruir dali de um espaço
que vai ser requalificado e que terá outras condições de atratividade turística."
Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senhor
Presidente. Eu devo dizer que quando vi este ponto na ordem de trabalhos hesitei em considerá-lo e

pô-lo na ordem de trabalhos, porque quando analisamos o n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na alínea p) diz: «Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;», mas aqui é evidente que estes contratos são de património próprio como é óbvio, mas este não é património próprio, pois este património é da IP - Património e Gestão Imobiliária, S.A. e foi-nos concessionado por esta entidade, mas entendi manter na ordem de trabalhos por duas razões, a primeira é que não há problema em reforçar a legalidade das coisas, e a segunda também para dar conhecimento à Assembleia Municipal do que se está a passar, e vejam que é um assunto importante e não estamos a falar de um assunto menor, estamos a falar de um património há longos anos que se está a degradar em Barca de Alva, e nem é preciso tecer grandes considerações da importância que tem para o Município a requalificação toda daquele espaço, e se repararem no contrato de subconcessão que foi assinado pelo Município os vários imóveis tem um destino, o que quer dizer que quando se fizer a cessão de uso privativo para um privado que ganhará eventualmente o concurso, quando fizermos essa cedência de uso privativo, o privado tem que respeitar estas finalidades, e portanto vamos ter alojamento, pois aonde está a estação dos caminhos-de-ferro vamos ter catorze quartos, o espaço em frente fica todo requalificado para fins de Multiusos, enfim, está aí tudo o que vai acontecer em Barca de Alva, se porventura algum privado aderir a esta cedência de uso privativo, vamos ter de facto aquele espaço completamente diferente e requalificado. Por essa razão, achei por bem informar todos os Senhores Deputados não só deste contrato concessão, mas daquilo que se irá passar em Barca de Alva e assim estamos todos informados, para além de que não é mal nenhum votarmos e concedermos esta autorização de cedência. Alguém quer pronunciar-se sobre esta matéria? Não havendo vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----------3.7. Apreciação e Discussão da Proposta n.º 576/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017, Contrato de Colaboração e de Comparticipação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a Freguesia de Mata de Lobos – Requalificação dos passeios da Estrada de Escalhão.----------- Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "É preciso algum esclarecimento Senhor Presidente?"----------- Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal: "Eu penso que não. Também aqui é um apoio financeiro que foi solicitado, e portanto penso que não seja necessário nenhum esclarecimento. Só dizer que o Contrato de Colaboração e de Comparticipação Financeira foi realizado com a Freguesia de Mata de Lobos, isto apesar da obra em questão ser a da Requalificação dos passeios da Estrada de Escalhão, é que poderia induzir aqui em erro, só isso."------------ Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Nós percebemos. Podia era haver um conflito de freguesias, mas não, pois já há muitos conflitos e este não é preciso. Há alguém que se queira pronunciar? Não havendo nenhuma intervenção vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----3.8. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 601/2017 - PCM/MANDATO 2013-2017, Aprovação da minuta de Acordo de Transação a celebrar entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A..------------ Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Quer fazer algum esclarecimento Senhor Presidente?"----------- Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal: "Talvez aqui fosse oportuno esclarecer o que é que está aqui em causa. Como sabem, houve recentemente uma alteração no Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Águas e Saneamento das Águas de Lisboa e de Vale do Tejo que resultou numa agegação, e nesta agregação também foi incluída as antigas Águas do Zêzere e Coa agora designadas por Águas de Lisboa e de Vale do Tejo. Sucede que toda a parte dos direitos e obrigações da antiga Águas do Zêzere e Coa passaram naturalmente para este novo Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Águas e Saneamento. Como têm conhecimento, há efetivamente dívidas por parte do Município em relação a esta entidade as quais que têm um custo elevadíssimo, tanto que eu já tive oportunidade de referenciar numa renião da CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, dos elevados custos que isto representa para o nosso Município principalmente em termos de juros. Entendemos que haveria uma tentativa de acordo para que o Governo/Estado ressarcisse os Municípios de uma parcela daquilo que era considerada valores cobrados indevidamente aos Municípios, os quais naturalmente eram significativos e que vinham aqui também beneficiar de certa forma todos os Municípios que faziam parte deste Sistema Multimunicipal. Na verdade é que esse Acordo tarda em ser concluído e não sabemos se incluisivamente será concluído ou não, mas na verdade é que estas dívidas estão a penalizar as finanças e os orçamentos dos Municípios, e concretamente a do Município de Figueira de Castelo Rodrigo. Portanto entendemos que se calhar se fosse estabelecido um Acordo de Transação com a entidade, eventualmente isto seria muito menos penalizador para o Município, e este conseguiria aqui uma poupança significativa em termos de custos financeiros, e entendemos que possivelmente chegou a hora de também começarmos a olhar para este problema que se arrasta a alguns anos a esta parte e que não vemos efetivamente luz ao fundo do túnel, entendemos que se calhar era oportuno e chegou o momento para se chegasse aqui a um Acordo de Transação para que se pagasse escolonadamente ou em prestações os valores em dívida. Tivémos uma reunião que aliás já tive oportunidade de referenciar em Lisboa com a respetiva Direção, em que eles estão de acordo naturalmente como não poderia deixar de ser para que se estabelecesse este Acordo de Transação, e portanto é agora uma opção do Município efetivamente concretizar este Acordo de Transação, em que é muito mais benéfico estabelecer este Acordo porque a taxa de juro que é praticada é substancialmente muito menor, e portanto a poupança que o Município vai ter é substâncial e evidentente que isto repercute-se depois na gestão financeira e deixamos de ter este problema que se arrasta há anos. Basicamente é disto que se trata, ou seja, é estabelecer um acordo e um plano de pagamentos o qual está devidamente especificado, tais como durante o tempo em que ele será executado e os respetivos valores que estão detalhos na proposta. Portanto entendemos que é oportuno e chegou o momento para efetivamente se realizar este plano de pagamentos, até para se minimizar estes custos financeiros que são penosos para o Município."------

------ Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Muito obrigado, Senhor Presidente. Há alguma intervenção? Penso que todos concordaremos com esta solução, porque de facto havia aqui este passivo que era uma espécie de espada a caír sob o Município, e ainda por cima com vários processos judiciais em tribunais e com todos os custos que isso acarreta. Esta transação parece-me bem pensada, pois vejam que estamos a falar de sessenta prestações mensais, ou seja, são cinco anos, e estamos a falar de um valor prestacional mensal na ordem dos 22.000,00 euros (vinte e dois mil euros), e portanto parece-me perfeitamente razoável e suportável pelo Município e põem-se um ponto final num pesadelo que havia sob esta autarquia que nos coartava, e que não nos deixava, se calhar, respirar para outras realidades. Assim sendo, eu pessoalmente concordo com esta transação, porque põem-se termo aos processos judiciais com tudo o que isso acarreta de imponderabilidade e de custas judicais, e facto a taxa de juro é razoável de 3% e os valores são perfeitamente suportáveis pelo Município de Figueira de Castelo Rodrigo. Parece-me uma boa transação e aliás eu sou adepto das transações, pois nós temos sempre aquela máxima de que vale um mau acordo do que uma boa demanda, e portanto tendo em conta o tempo que é sempre um problema na justiça, pois o tempo castiga muito os vencedores da justiça e muitas vezes os vencedores são vitórias de Pirro, porque às vezes não conseguem nada, pois quando se vão penhorar bens já não há bens, e portanto são vitórias apenas platónicas, como eu costumo dizer nas minhas palestras de justiça. Não havendo intervenções vamos votar esta proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."------

-----3.9. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 602/2017 - PCM/MANDATO 2013 - 2017, Contrato-programa a celebrar entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a Adega Cooperativa de Figueira de Castelo Rodrigo, CRL.-----

------ Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal: "Eu penso que à data de hoje já não há nenhuma dúvida de que a Adega Cooperativa é um dos principais embaixadores do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, através concretamente da promoção que eles fazem com os vinhos, em que a sua qualidade e gestão melhoraram substancialmente, conseguindo aqui de facto dar um novo dinamismo à economia local designadamente aos produtores que colocam lá as suas uvas, criando assim uma dinâmica muito diferente daquilo que era há três ou quatro anos atrás. Como sabem temos um Protocolo estabelecido com a Adega desde 24 de outubro de 2014, no qual o Município de Figueira de Castelo Rodrigo assumiu um compromisso de colaborar ativamente não só na promoção e divulgação dos produtos, mas também na concretização de algum investimento que fosse crucial para o desenvolvimento da nossa Adega Cooperativa. Efetivamente entendemos que chegou o momento também de se criar e de projetar a Adega Cooperativa através da criação de uma sala de vendas e uma sala de provas de vinho gourmet, e que vai necessariamente trazer uma nova dinâmica de captação de visitas, provenientes não só do Douro, mas de outros pontos do País para passar nesta sala

de provas, que na nossa opinião já é tardia. Conseguimos aqui projetar e dimensionar aquilo que seria o necessário para enquadrar dentro daquilo que era o património edificado da Adega. Conseguimos aqui também criar uma parceria com a Adega Cooperativa e com uma instituição que à partida também vai colaborar, e entendemos que para concretizar este projeto era necessário algum investimento e apoio financeiro por parte do Município, em que creio que será um investimento que rondará os 100.000,00 euros (cem mil euros). Naturalmente que a Adega tem vindo a fazer uma gestão rigorosa, mas realmente o dinheiro não abunda e sem a colaboração e a cooperação por parte do Município não seria possível concretizar-se este projeto, o qual na nossa prespectiva vai dimensionar a Adega e catapultá-la para uma nova realidade, e na minha opinião este projeto peca por tardio porque já deveria estar concretizado, mas mais vale tarde do que nunca e achamos que chegou o momento então de se concretizar este investimento, aliás ele já está em curso felizmente e esperemos que ele seja inaugurado e posto à disposição de todos no mais curto espaço de tempo, e vai trazer algumas mais-valias para a Adega, porque esta pode proporcionar provas de vinhos mas pode explorar todo um conjunto de várias valências associadas, e que podem representar mais um encaixe financeiro adicional se eles o souberem aproveitar, e como sabem nos dias que correm há que aproveitar todas as possibilidades e valências para se criar riqueza e gerar fluxos financeiros nas instituições. Portanto entendemos que o Município deveria e deve colaborar com a Adega Cooperativa como tem vindo a fazer ao longo destes três anos, e decidiu colaborar aqui com um apoio financeiro de 100.000,00 euros (cem mil euros), cujo valor 50.000,00 euros (cinquenta mil euros) este ano e os outros 50.000,00 euros (cinquenta mil euros) para o próximo ano."-----

------ Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senhor Presidente. Durante muitos anos, pois eu fui para Lisboa em 1973 para a Universidade, e recordo-me que durante muito tempo quem valorizava o Município de Figueira de Castelo Rodrigo era a Adega Cooperativa, porque de facto em qualquer restaurante que fossemos beber vinho de Figueira era valorizar o Município e este era conhecido pelos vinhos de Figueira, ou seja, era Adega que valorizava o Município assim como o queijo, pois havia produtos locais que tinham uma dimensão nacional, e portanto o Município era arrastado pela dimensão desses produtos. Felizmente que desde que assinámos este Protocolo em outubro de 2014, hoje o Município penso que nos equivalemos, isto é, a Adega valoriza o Município, mas o Município também valoriza a Adega, e penso que estamos aqui equilibrados, e ainda bem, pois é bom sinal que o Município e os seus produtos estão dimensionados, mas a participação em feiras que o Município tem agendado, a gestão que a Adega tem feito rigorosa e de um nível de qualidade permite-nos dizer que os dois parceiros estão bem dimensionados, o que é bom para todos nós, é bom para a nossa economia local e para os nossos agricultores, e este projecto e esta iniciativa de apoio mais vem valorizar a Adega Cooperativa, sendo um fenómeno de atração como é evidente, uma sala desta qualidade será sempre um espaço de atração e de valorização da própria Adega. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida."-----

------ Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal: "Eu tenho dito com alguma frequência que Figueira de Castelo Rodrigo é um concelho eminantemente agrícola quer queiramos quer não, e como o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Feliciano Martins gosta de dizer, será

provavelmente o ativo principal deste concelho. Lembro-me que há uns anos largos numa campanha eleitoral, eu que até gosto pouco de ter intervenções, na Quintã de Pero Martins estranhei o facto da Câmara Municipal da altura não se importar ou, enfim, dar menos importância que eu penso que deveria dar ao estado da Adega Cooperativa, que no momento vivia tempos de uma crise tremenda. De maneira que evidentemente não poderia estar mais de acordo com este apoio, no entanto quero lembrar aqui que neste momento não existe só a adega Cooperativa de Figueira de Castelo Rodrigo no domínio dos vinhos, pois há produtores engarrafadores particulares, há produtores engarrafadores que são responsáveis pela compra a habitantes de Figueira de Castelo Rodrigo de mais de um milhão de quilos de uvas que estão aqui instalados, e que têm promovido a imagem dos vinhos de Figueira, se não tanto como a Adega Cooperativa, mas também em grande escala. Neste âmbito tenho que referir a Quinta do Cardo que é um emblema do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, tenho que referir os vinhos Beyra que serão extremamente importantes na promoção da imagem de marca dos vinhos do nosso concelho, e existem ainda outros engarrafadores particulares que não vou referenciar porque seria exaustivo. De maneira que penso que esta autarquia não pode esquecer os outros, porque efetivamente os outros neste momento têm um peso muito substâncial, e portanto congratulo-me pelo apoio à Adega Cooperativa mas há outros, e não vamos esquecer os outros."----------- Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Senhor Deputado Luís Pereira tem a palavra. Faça o favor de intervir."----------- Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal: "Queria apenas referir-me a dois pontos, o primeiro é que concordo com o que o Senhor Deputado Carlos Almeida acabou de dizer, até porque o tecido empresarial responsável pelos vinhos de Figueira de Castelo Rodrigo neste momento alterou-se, e a Adega não deixa de ser um operador importante mas não é o único, mas queria-me referir a outra situação, pois parece-me que a Câmara Municipal se preocupou apenas na realidade da Adega, no sentido de lhe oferecer a possibilidade de ter uma sala de provas e uma loja de vendas no local, mas isso não é o futuro e nem é o mais importante nem para a Adega nem para os restantes operadores, pois o Município deveria sim apostar em ações de colocação de produtos fora do concelho, apoio à internacionalização das empresas, iniciativas de marketing, consolidação de marcas, registo de patentes e tudo o que seja de propriedade industrial, esse sim é o futuro. Agora estar a apostar numa loja de vendas e numa sala de provas é importante, mas é local, e a solução para a Adega e para os operadores quer da área do vinho quer de outras não passa pelo comércio local, porque como sabemos para gerar riqueza temos que extravasar as fronteiras do concelho e se calhar do País, e a isso o Município deveria estar atento e deveria arranjar mecanismos para que esses operadores pudessem alavancar os seus produtos de diversas formas, pois eu tenho algumas ideias sobre isso, escritas, para que se consiga verdadeiramente criar riqueza até porque o concelho é pequeno, é pouco visitado, infelizmente devia ser mais, mas é essa a solução para a Adega Cooperativa. Obrigado."------------ Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Senhor Deputado, nós agora podíamos discutir essa tese, mas uma coisa é a dimensão que falou, e bem, que nós damos aos

produtos, mas não se esqueça que a SISAB - Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas que já falou o Senhor Presidente, aquelas grandes iniciativas, os grandes palcos que tem havido a nível

nacional, a Adega Cooperativa está sempre presente, e o papel do público é proporcionar, como disse, espaços onde os nossos produtos tenham outra dimensão e outro espaço comercial. Aliás o Protocolo que foi feito com a Adega tinha precisamente essa vertente, de estar presente em todas as Feiras de dimensão nacional e internacional e isso tem acontecido. Por outro lado, as Adegas Cooperativas que eu conheço, mesmo aquelas mais modernas, têm todo este espaço, e veja que este espaço é fundamental para vender produtos e eu vou-lhe dar um exemplo que o Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Henrique Silva me estava a dizer, a semana passada esteve cá um grupo de teatro em que eram seis pessoas e levaram 200,00 euros (duzentos euros) de vinho da Adega, e se calhar, ter uma sala destas, até potencia mais isso e pode levar até terem outra potencialidade de negócio, ou seja, é tudo bom, pois o que estamos a fazer estamos a fazer bem e esta é uma obra meritória, isto porque qualquer Adega tem este espaço e a nossa Adega Cooperativa tinha falta deste espaço referencial de qualidade e de atração. O que está a dizer é outra vertente, que com certeza que estamos todos de acordo, em que temos que fazer tudo para que cada vez mais lançarmos os nossos produtos numa escala maior, pois aqui o que temos é que ganhar escala como é obvio, e é isso que estamos a fazer porque o participar em Feiras nacionais e internacionais penso que é ganhar escala para os nossos produtos, e a Adega tem estado de facto em todos os momentos e em todas as Feiras internacionais. Quer dizer alguma coisa Senhor Presidente?"-----

------ Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal: "Já que falámos nisto é importante referenciar aqui alguns aspetos. Começo por destacar e só para terem uma ideia, a Adega Cooperativa e a tal dimensão de exportação, neste momento o seu volume de negócios a exportação representa mais de 20%, e eu não refereciei isto nas minhas atividades mas uma das coisas que foi feita, foi efetivamente uma visita a convite dos Serranos que é uma Associação em Newark, nos Estados Unidos da América, estivemos lá, e já lá estive há dois anos também a participar, e conseguimos criar aqui uma dinâmica de exportação muito significativa, pois neste momento a Adega Cooperativa já está a exportar para os Estados Unidos da América, Brasil, República Popular da China, Suécia e Alemanha, e portanto já não é despiciendo o volume de exportação da nossa Adega Cooperativa, e isso só foi possível graças à participação na primeira edição da SISAB - Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas da Adega Cooperativa, e da nossa intervenção junto de alguns operadores no mercado da exportação para se conseguir catapultar os nossos produtos para essa dimensão. Já agora também a título de referência, ainda há pouco dias perguntava ao Presidente da Adega Cooperativa, quanto é que representava em volume de vendas aquela parceria que foi estabelecida com a Douro Azul. Porque efetivamente como sabem foi este executivo que estabeleceu este contrato, pois conseguimos digamos penetrar com os produtos da Adega Cooperativa nos barcos da Douro Azul, e tive curiosidade e perguntei-lhe, desde que estão a coloborar com a Douro Azul quanto é que isso representou? Posso-vos dizer que fiquei estupefacto quando ele nos referenciou que nestes três anos tinham conseguido alcançar quase meio milhão de euros de faturação, o que é significativo, e portanto este é o trajeto que a Adega tem vindo a fazer, mas como sabem, já agora recordo aqui, que também foi estabelecido, pois nós não estamos só focados nos vinhos também estamos focados agora nos azeites, e estamos a fazer todos um esforço significativo para lançar também os nossos azeites para outro patamar, pois

estabelecemos recentemente uma parceria de cooperação idêntica à da Adega Cooperativa com a Cooperativa de Olivicultores de Escalhão, para que também esta Cooperativa passe a ter outra dimensão e outra capacidade de exportação, uma vez que eles foram apoiados no âmbito de um projeto que eles submeteram recentemente, e o Município também vai comparticipar com um valor significativo para também apoiar nesse investimento, e se Deus quiser quando chegar a novembro que é a altura da parte das colheitas e da transformação para azeite esperemos que já tenham uma nova linha produtiva na Cooperativa de Olivicultores de Escalhão. Portanto penso que este é que é o caminho de se tentar ajudar, aliás isto é de facto referenciado com um exemplo, pois ainda ontem estava a participar na FIT - Feira Internacional de Turismo, e várias pessoas me abordaram a dar os parabéns pelo trabalho que temos vindo a desenvolver, não só com a Adega Cooperativa mas também noutro âmbito de apoio às iniciativas privadas, e esta participação na SISAB - Salão Internacional do Setor Alimentar e Bebidas na minha perspetiva foi muito importante, porque conseguimos aqui destacar alguns dos nossos produtos bem como dar a conhecer o potencial de Figueira de Castelo Rodrigo, e aqui não estou só a falar dos produtos propriamente ditos porque já muita gente visitou o nosso concelho fruto destes contactos que foram estabelecidos, e pessoas com dinheiro, com capacidade de investimento e interessadas em conhecer a nossa realidade e o nosso potencial, e por isso estou convicto que no futuro vamos colher mais frutos pelo facto de estarmos a apoiar nesta iniciativa e outras para também para promover o concelho, os seus produtos, o seu património, a sua gastronomia, enfim, todas estas valências são importantes divulgar e promover."------------ Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senhor

Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal: "Relativamente à prestação de contas gostaria de referenciar aqui duas notas principais, que o Município continuando a dar especial enfoque aquilo que é ao controlo da despesa e ao equilíbrio financeiro do Município, ou seja, aos níveis de endividamento e outros, e no sentido de se garantir aqui uma tesouraria saudável conseguimos no ano de 2016 de facto continuar a apoiar não só a vertente social, cultural e até na vertente empresarial, mas também as Associações e as Freguesias de uma forma incisiva, tal como conseguimos igualmente concretizar vários projetos que são importantes e que depois passarei a elencar, mantendo no entanto o equilíbrio das contas e uma tesouraria saudável. No que respeita à execução orçamental, dizer-lhes que se registaram em 2016 taxas de execução superiores a 90% tanto na receita como na despesa, o que representa efetivamente um aumento significativo comparativamente aos anos anteriores. A execução global do Orçamento foi aproximadamente de 8,5 milhões de euros na receita, e de 8,8 milhões de euros

na despesa. Só para terem uma ideia mais concreta de valores, portanto a execução da receita regista valores em termos de receita corrente de 7,8 milhões de euros e receitas de capital de 0,7 milhões de euros. No que respeita à execução da despesa, a execução foi em termos de despesa corrente 7 milhões de euros e em despesas de capital de 1,8 milhões de euros. Importa referir que a execução do Orçamento de 2016 continuaram-se a cumprir as regras do equilíbrio decorrentes e previstos na respetiva Lei. Também no que respeita à demonstração de resultados, registou-se resultado líquido positivo neste exercício muito superior aquilo que foi o resultado líquido do ano anterior, pois só para dar esta indicação o resultado líquido em 2015 foi de 35.445,87 euros (trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e oitenta e sete cêntimos), e portanto o resultado líquido deste exercício foi de 517.253,49 euros (quinhentos e dezassete mil duzentos e cinquenta e três euros e quarenta e nove cêntimos), o que equivale a um aumento substâncial. Os custos operacionais diretamente associados às despesas correntes registam uma redução de aproximadamente de 100.000,00 euros (cem mil euros). Os encargos financeiros registam igualmente uma redução de aproximadamente também de 100.000,00 euros (cem mil euros), ou seja, aproximadamente 50% do valor registado em 2015, e os proveitos operacionais registam uma ligeira despesa comparativamente a 2015, resultante de uma ligeira redução de receitas com a venda de bens, prestação de serviços, de impostos e taxas. No que respeita ao balanço a situação do Município melhorou também substancialmente, verificando-se uma redução do seu passivo superior a 1.000.000,00 euros (um milhão de euros), a qual resulta em grande parte da liquidação de faturas herdadas do anterior executivo, mais concretamente às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.. Igualmente mantém-se o registo nas provisões de um valor em dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. de aproximadamente de 1.000.000,00 euros (um milhão de euros) que também já vinha do executivo anterior, encontrando-se o Município de Figueira de Castelo Rodrigo a preparar a celebração de um novo acordo, que foi este que trouxemos aqui e que foi aprovado agora, e portanto conforme demonstra o relatório de gestão o Município encontra-se a cumprir confortavelmente também os seus limites de endividamento, pois só para terem uma ideia e eu penso que isto também seja importante referenciar alguns dados, porque enquanto a 31 de dezembro de 2015 o prazo médio de pagamentos era de noventa e quatro dias, neste momento a 31 de dezembro de 2016 o prazo médio de pagamentos é de cinquenta dias, pois conseguimos também aqui reforçar a celeridade no pagamento aos nossos fornecedores. Quanto ao nosso limite de endividamento também aumentou, pois conseguimos aqui de facto cumprir com aquilo que são as exigências em termos de pagamentos a fornecedores pois como sabem são noventa dias, isto para além de termos conseguido executar algumas obras importantes, pois só em termos de apoio às funções sociais conseguimos atinguir uma execução de 73,4%, e portanto conseguimos aqui focar-nos naquilo que foi o nosso objetivo que era cuidar das pessoas e dar-lhes qualidade de vida, isto para além de termos continuado a apoiar as Freguesias, as Associações, e também em particular a Associação dos Bombeiros Voluntários de Figueira de Castelo Rodrigo, entre outras. Conseguimos igualmente reduzir aqui um passivo e cumprir aquilo que eram os objetivos também em termos da cultura, tanto que os valores estão aí no relatório de gestão e portanto também não vale a pena estar aqui detalhar muito mais, mas aquilo que posso referenciar é que com base naquilo que é a Prestação de Contas de 2016 pode-se concluír o seguinte, é que o Município se encontra e goza de

boa saúde financeira, equilibrada e estável, pois a política de promoção e divulgação do concelho tem permitido a dinamização da economia local sem colocar em causa a sustentabilidade da autarquia. A redução do passivo registado nos últimos anos permitiu ao Município libertar capacidade de endividamento, e isto também nos permitiu recorrer agora ao crédito para financiamento da componente nacional de projetos cofinanciados, bem como o financiamento de outros investimentos estruturantes para o concelho. Em suma, seguramente que muito trabalho haverá a fazer naturalmente, pois não está tudo feito longe disso, mas o resultado destes três anos de trabalho e de dedicação aqui plena ao Município, permite-me afirmar com alguma segurança que o concelho se encontra preparado para novos desafios que se aproximam, mas certamente para os quais espero contar com a confiança de todos os figueirenses. Dizer-vos que nós continuaremos a manter este equilíbrio financeiro, pois o nosso objetivo é manter as contas do Município saudáveis e equilibradas, continuando a executar alguns projetos que consideramos essenciais, ou seja, sem por em causa projetos sociais, obras, enfim, tudo um conjunto de iniciativas que tem vindo ser concretizadas naturalmente como disse, sem prejudicar a sustentabilidade e o equilíbrio das finanças do Município de Figueira de Castelo Rodrigo."------------ Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senhor Presidente. Há alguma intervenção sobre esta matéria? Não havendo intervenções vamos colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Senhores Deputados Municipais, Luís Ricardo Beato Pereira, António Manuel Saraiva Gonçalves e Bruno Miguel Aguilar Silva. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Luís ------ Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal: "Apenas dizer ao Senhor Presidente da Câmara que apesar de termos aprovado o Orçamento e termos dado o nosso vota a favor, entendemos que a execução do mesmo que dá azo à prestação de contas é da responsabilidade exclusiva da Câmara Municipal, e nesse sentido a nossa abstenção, que se funda exatamente nessa razão. Obrigado."----------- Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado, Senhor Deputado. Está aprovado por maioria. Antes de encerrarmos a sessão e aprovarmos estas deliberações em minuta, eu queria-vos lançar, não sei se é preciso fazê-lo, mas eu vou-vos fazer um desafio, pois como sabem está em curso uma iniciativa da RTP - Rádio e Televisão de Portugal para eleger a Melhor Aldeia Autêntica. Portanto já estamos classificados para a categoria de Aldeia Autêntica, e vai-se iniciar brevemente a votação e vamos precisar de muitos votos, ou seja, vamos ter que fazer uma caça ao voto, pois cada um de nós tem que arranjar votos para que Castelo Rodrigo ganhe nesta categoria, e nem é preciso explicar a razão importante para que isto aconteça, porque é a melhor publicidade que se possa ter uma vez que vai estar durante vários dias na televisão, pois vai haver uma publicidade intensa sobre esta Aldeia e ganharmos para nós é um marco e é a melhor publicidade que podemos fazer à nossa Aldeia de Castelo Rodrigo. Quando tivermos conhecimento da data da votação avisaremos todos os Senhores Deputados, mas cada um de nós tem que arranjar muitos votos e estamos todos mobilizados, e por isso quando se iniciar a votação vamos avisar-vos e fazer caça ao voto seguramente. Faca favor de dizer Senhor Deputado Luís Pereira."------

------ Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal: "Portanto vão ocorrer várias iniciativas associadas à Aldeia de Castelo Rodrigo, em que vai haver os «Encontros com a História» com a periocidade de quinze dias até ao final do mês de outubro, ou seja, haverá personagens que estão ligadas à História de Castelo Rodrigo, nomeadamente, D. Dinis, D. João I, Frei Bernardo de Brito, que apesar de não ser de Figueira de Castelo Rodrigo foi Cronista-Mor do Reino, Monge Cisterciense e esteve sepultado no Convento de Santa Maria de Aguiar, Ehpraim Bueno, para falarmos da história judaica de Castelo Rodrigo, Cristovão de Moura e Pedro Marques de Magalhães, o grande general vencedor da Batalha de Castelo Rodrigo. Estes encontros irão replicar-se, isto é, haverá uma primeira apresentação e depois replicadas em todo o período de verão, e a iniciarem-se ainda em maio, mas naturalmente que o Município irá publicitar na sua página oficial, e desde já pedia ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse através dos meios possíveis informar da calendarização de todos esses eventos. Nos dias três e quatro de junho haverá uma atividade patrocinada pelas Aldeias Históricas de Portugal, a que nós chamámos «Uma Aldeia que é um Castelo em três atos», em que no dia três de junho no período da manhã haverá um encontro com uma figura histórica, para podermos também comemorar os sessenta anos da Adega Cooperativa, associando ao evento a Adega Cooperativa de Castelo Rodrigo e a cultura do vinho no território. À noite será representada intra muros, no próprio Palácio o "Auto de Castelo Rodrigo", da Senhora D. Purificação Távora, que foi professora em Escalhão, e que já foi representado, daquilo que eu me lembro, uma vez lá no Palácio de Cristóvão de Moura, e será representada pelo grupo com que o Município tem trabalhado, Astronauta - Associação Cultural de Guimarães. Na manhã de domingo haverá figuras históricas a circular pela aldeia Histórica, mas naturalmente que em todos os dias ou fins-de-semana de Encontros, o Município proporcionará, às pessoas que tenham produtos, condições para poderem comercializá-los, divulgá-los, fazerem aquilo que entenderem, e depois à tarde na igreja matriz de Castelo Rodrigo, Igreja de Nossa Senhora de Rocamador, haverá um concerto música barroca associado a esse evento. Nos dias sete, oito e nove de julho acontecerá a Recriação da Batalha de Castelo Rodrigo, que o ano passado foi em agosto, e este ano vamos trazê-la para a data em que efetivamente aconteceu. No dia sete de julho, pelas quinze horas, haverá realmente um recontro no lugar de Salgadela, pois como sabem nesse dia é o Feriado Municipal, haverá sessões solenes e tudo aquilo que tem que haver, e no período tarde iniciaremos então a Recriação da Batalha de Castelo Rodrigo. Era só esta informação que queria deixar presente. Muito obrigado Senhor Presidente, e peço desculpa pelo tempo tomado."------

Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: "Obrigado por este sábado
de convívio e de trabalho. Bom fim de semana e até à próxima."
A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a
presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do Regimento da Assembleio
Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a
sessão, quando eram onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que va
ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a
secretariei e redigi, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Feliciano Pereira Martins